

RADAR FEMINISTA

2 a 6 de dezembro (2019)



O nosso destaque dessa semana na agenda do Congresso é o início da tramitação da [PEC Paralela da Previdência na Câmara \(PEC 133/19\)](#). Ela possibilita aos estados e municípios a adesão à reforma da previdência federal. Ao mesmo tempo, teremos a apresentação do relatório da Subcomissão Especial da Seguridade da Mulher, por onde encaminhamos as denúncias do [Tribunal das Mulheres](#) sobre o impacto da Reforma na vida das mulheres. É hoje, terça, às 14h.

Hoje deve acontecer a sessão conjunta entre Câmara e Senado para terminar de votar os vetos presidenciais. Semana passada sofremos uma derrota, com a derrubada do veto ao [PL que obrigava os profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher](#). Nosso esforço para convencer as/os parlamentares sobre os problemas do projeto, ele se mostrou aquém e a maior parte do Congresso foi a favor da transformação dele em Lei. O resultado ligou nossos alertas sobre a quantidade de projetos na área de violência e a superficialidade com que o debate está sendo travado no parlamento. Por isso, estamos preparando uma análise mais aprofundada sobre esses projetos.

Por fim, destacamos que na próxima quinta-feira, dia 5 de dezembro (10h), vai acontecer o **lançamento da Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto e em Defesa da vida**. A Frente é uma das várias ações que a deputada **Chris Tonietto** (PSL/RJ) fez em relação a esse tema nas últimas semanas. No Senado, [estarão na pauta da CCIJ as propostas do “Pacote Guedes”](#) e na CDH uma série de projetos relacionados às mulheres.

Câmara Federal

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, estamos preocupadas com o [PL 2577/2015](#), que **tipifica ato de a mulher acusar seu companheiro ilicitamente para obter privilégios**. De autoria do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP), teve relatório favorável da deputada Caroline de Toni (PSL/SC). [Para nós, o projeto vai na mesma linha da Lei de Alienação Parental](#). Semana passada, um grupo de mães que são pela revogação da LAP esteve no Congresso para sensibilizar as deputadas. E a [Associação de Advogadas contestou a Lei no Supremo](#).

Outro Projeto problemático dessa Comissão (CCJC), está o [PL 3492/2019](#) que, dentre outras coisas, inclui o homicídio para “imposição da ideologia de gênero” no rol dos crimes hediondos.

Temos ainda o PL [1625/2015](#), de autoria do Dep. Alberto Fraga (DEM/DF), sobre prisão domiciliar. [No relatório apresentado por Diego Garcia no dia 27/11, ele propõe que só seja possível a prisão domiciliar em casos de mulheres condenadas com filhos menores, e não para gestantes, como propõe um dos projetos apensados.](#)

Na Comissão de Seguridade Social e Família, alguns projetos positivos, como o [PL 1654/2019](#) que garante a amamentação em locais públicos. A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que integra a Frente Feminista Antirracista, deu parecer favorável. Dentre os preocupantes, está o PL 147/2019, que institui o Serviço de

Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância. Seu autor, Diego Garcia, é um dos nossos opositores na atual legislatura.

Ainda nessa comissão (CSSF), a Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) quer realizar uma **Audiência Pública sobre o PL nº 6.022/2013**, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual". Tonietto também apresentou vários requerimentos para a realização de sessões solenes em datas religiosas; **para uma sessão solene em homenagem ao Dia do Nascituro; além de pedir o desapensamento do PL nº 564/2019**, sobre a representação e defesa dos interesses do nascituro.

O **PL 5789/2016**, sobre a **perda do poder familiar de pai de criança gerada em decorrência de estupro**, teve o prazo para emendas reaberto. A Deputada Liziane Bayer (PSB-RS), pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus, é a relatora. Como informamos no último radar, **o PL é fruto do seminário internacional em defesa da vida que aconteceu em 2016**.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o deputado Antônio Furtado (PSL/RJ) fez um **requerimento de audiência** com o tema "Mulheres armadas se defendem melhor".

A Subcomissão Especial de Seguridade da Mulher vai apresentar seu relatório final na terça-feira, dia 3 de dezembro, a partir das 14h30.

Há uma série de projetos na área de violência que não incluímos aqui porque ainda estamos analisando com calma. Em breve compartilhamos os resultados dessa análise.

Senado Federal

Na pauta da CCJ do Senado, PEC Fundos Públicos (PEC 187/2019) e PEC Emergencial (PEC 186/2019I), parte do Pacote Mais Brasil, ou "Pacote Guedes". Vale lembrar que a tramitação do Pacote começa na CCJ e depois vão para o plenário, onde serão votadas em dois turnos. Precisam de 3/5 dos votos (49 votos) em cada turno.

Se aprovadas no plenário do Senado, vão para a Câmara, onde tramitam pela CCJC e por uma Comissão Especial. Só então estão aptas para a discussão do plenário da Câmara, onde precisam de 3/5 dos votos (308) em cada um dos dois turnos. A divisão da relatoria já foi definida: Na PEC dos fundos públicos o relator no senado será Otto Alencar (PSD-BA); a do pacto federativo terá relatoria de Márcio Bittar (MDB-AC) e ficará com o Podemos.